

Yara M. Chagas de Carvalho¹

João Paulo Soares de Andrade²

A dimensão da cidade de São Paulo e a natureza dos problemas urbanos leva a configuração de uma política municipal que não só desconsidera as especificidades do meio rural e da comunidade que aí vive mas, acima de tudo estimula a crescente transformação do espaço rural em urbano, em detrimento não só da qualidade de vida da população diretamente atingida mas de todos aqueles que podem se beneficiar da área nas horas de lazer ou indiretamente através da qualidade do ar e da água que consome.

Este trabalho se propõe a refletir sobre a potencialidade de uma estratégia de desenvolvimento local, através da promoção da integração rural e urbano, para a população paulistana, tomando o conceito de agricultura urbana e peri-urbana e o da multifuncionalidade do rural como marco teórico. A agricultura orgânica é considerada como a alternativa teórica compatível com as restrições sociais, econômicas e ambientais.

O “local” pressupõe conceitualmente o mundo integrado do estágio atual do capitalismo. Enfatiza que apesar da tendência unificadora, forças atuando localmente configuram realidades e potencialidades diferentes para as diversas sociedades. É, portanto, na esfera do local que os problemas gerados pela concentração do capital e a redução dos postos de trabalhos podem ser minimizados. Identifica-se aí o interesse em avaliar as condições atuais do meio rural do município e as possibilidades de promover uma política para o seu fortalecimento integrando-o a vida urbana. SANTOS, 1991; 1997)

A metodologia utilizada neste trabalho para fazer o diagnóstico da realidade rural baseia-se na “leitura de paisagem”, acompanhada de entrevistas esparsas com a população local e com profissionais que trabalham na região. “A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. ...É a materialização de um instante da sociedade, como em uma fotografia (SANTOS, 1991:68).”

A proximidade da cidade tem agido desfavoravelmente para a agricultura sem que as vantagens da comercialização diferenciada e da sua capacidade de “produzir água potável” seja reconhecida. Resistem à expansão urbana sem os serviços da extensão rural efetiva e de outros serviços públicos, quando comparado a realidade de outras áreas rurais do Estado. Não são beneficiados por uma política de estruturação de mercado diferenciado, exceto como fornecedor de alimento barato, ou de agregação de valor através do fomento de pequenas agroindústrias. Carecem de uma estratégia de reconstrução da relação campo-cidade, em áreas de grande concentração urbana, através do qual a sociedade pode valorar a produção agrícola em termos da sua contribuição à construção de uma sociedade ambientalmente mais justa e adequada.

O rural do município de São Paulo reúne duas comunidades que possuem pouca interação. O morador urbano, desconhece a área e vê no rural o perigo. O antigo morador olha com desconfiança os recém chegados com quem associa a perda da tranquilidade e a insegurança.

¹ PqC do IEA-SAA/SP. E-mail: yaracarvalho@iea.sp.gov.br

² Economista. Bolsista FAPESP E-mail minho@osite.com.br

O desafio está em buscar estratégias de aproximação destes dois grupos. A agricultura urbana, é praticada em áreas de população adensada, por moradores que já perderam o vínculo com o rural e desenvolvem a atividade para auto consumo. É um instrumento importante para a segurança alimentar e para a construção de espaços de solidariedade entre as populações mais carentes. É também um instrumento complementar a uma política agrária e de preços agrícolas compatíveis com a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e de práticas agrícolas não predatórias ao ambiente. A identificação das áreas, a partir do interesse das comunidades urbanas priorizando-se áreas consideradas de risco, podem ser ocupadas com pomares comunitários. As experiências internacionais deste tipo mostram que age como uma estratégia de integração social, construção da cidadania além de geração de emprego e renda complementar.

A agricultura peri-urbana em São Paulo é majoritariamente desenvolvida por agricultores familiares. Apesar da predominância da horticultura, em geral, não emprega mais do que dois trabalhadores permanentes (Cadastro Capela do Socorro, 2001). Sua viabilização depende fundamentalmente da segurança pública e do retorno econômico. Este último pode ser obtido através da construção de laços de solidariedade com a população urbana interessada em manter as características rurais da região, a paisagem, a qualidade do ar e da água, e os locais de lazer.

Do ponto de vista tecnológico, a produção orgânica pode ser uma alternativa viável do ponto de vista social, econômico e ambiental uma vez que muitas destas áreas estão concentrada em áreas de mananciais. A preocupação com a manutenção da fertilidade natural do solo, fundamental à agricultura orgânica, confere os atributos adicionais ao produto: preservação dos recursos naturais e a construção de uma sociedade mais justa e equalitária. Em uma economia regida pelo mercado estes atributos devem ser valorados e adicionados ao preço do produto.

Outro desafio é o de fomentar novos usos compatíveis com a preservação da paisagem. As áreas urbanas carecem de espaços públicos de lazer e esta é uma nova função dada ao rural. No caso da Guarapiranga além dos sítios de lazer, alguns equipamentos turísticos estão sendo implantados na região para atrair grupos escolares, de diferentes níveis de renda, ou famílias, áreas de relaxamento e recuperação da vitalidade, clubes e espaços religiosos e místicos. O fortalecimento desta atividade depende dos mesmos fatores mencionados em relação a agricultura, em geral. Além destes, uma questão fundamental está na definição do padrão de loteamento e nas exigências paisagísticas do projeto. Loteamentos fechados são uma forma de responder a questão da violência que parece ser o fator responsável pelo pouco uso das propriedades existentes e a redução da expansão desta forma de ocupação.

A grande demanda é por leis e fiscalização que preservem a paisagem além de desenvolvimento de formas de acesso, fundamentalmente estrada de ferro turística, que facilite atingir as áreas ainda com características rurais. O fortalecimento do rural como espaço de lazer para a população urbana não pode prescindir de uma política voltada a tomá-lo também o espaço de lazer da população que aí reside.

Desta forma, a estratégia de desenvolvimento local parece ser uma estratégia fundamental para fortalecer as experiências existentes: agricultura e turismo rural, para que limitem a expansão urbana, criando um movimento contrário que possa atrair novos interessados determinando padrões de qualidade de vida compatíveis com os da cidade. Paralelamente, a agricultura urbana pode ser um importante fator de atuação sobre as causas da violência criando melhores condições de vida social, produção para a subsistência, além de emprego e renda complementares.

BIBLIOGRAFIA

CAPELA DO SOCORRO. Diagnóstico da Agricultura no sul do município de São Paulo. (prelo)

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo, Hucitec, 1986. 64 p.

_____ Metamorfose do espaço habitado. São Paulo, Hucitec, 1991. 124 p.

_____ A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1997.